

# Aconteceu

## Eleitores rejeitam Collor nas urnas de 13 estados

O presidente Collor foi o grande derrotado das últimas eleições. No segundo turno, Collor apoiou os candidatos que perderam em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, fora a derrota, já no primeiro turno, no Rio de Janeiro. Dos 26 estados, apenas 12 e o Distrito Federal apóiam integralmente o governo, a maioria do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As forças de oposição

ao governo estão concentradas em regiões estratégicas do Sul e Sudeste. Assim como aconteceu com o último presidente do ciclo militar, João Figueiredo, e seu sucessor civil José Sarney, Collor cumpre a sina dos esquemas políticos em crise no Brasil. O amigo pessoal do presidente, Marcos Coimbra, e até o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reconhecem que o "quadro é péssimo". (página 3)

### SP elege Fleury

Em São Paulo, o antimalufismo falou mais forte. Fleury (PMDB), foi eleito governador com 51,76% dos votos válidos no segundo turno, contra 48,23% de Maluf (PDS). (página 3)

### Brasil é o país mais pobre do continente

No Brasil, 62,3 milhões de pessoas são pobres crônicos, o maior índice da América Latina. E o PNDA revela: nos anos 80 aumentou a concentração de renda no país. (página 2)

### Maioria dos alunos abandona a escola

Relatório do Bird diz que 80% dos alunos matriculados em 89 abandonaram a escola. A pobreza e a necessidade de trabalhar são apontadas como principais causas. (página 14)

### Thatcher renuncia depois de 11 anos e faz sucessor

Margareth Thatcher renunciou ao cargo de primeira-ministra da Grã-Bretanha, marcando o fim do "thatcherismo". Seu sucessor é o ministro das Finanças John Major. (página 16)

### Assassino de Sebastião Lan é condenado a 14 anos de prisão

Hélio Barros Filho foi condenado a 14 anos de prisão por ter assassinado o líder rural Sebastião Lan em 5 de julho de 1988. Pouco depois de

sair do Tribunal foi fotografado pelo jornalista J. R. Ripper tomando cerveja com três policiais encarregados de escoltá-lo. (página 7)

João Roberto Ripper/Imagem da Terra



Hélio Barros (camiseta listrada) toma cerveja com os policiais

## Brasil é o 1º em pobreza na AL

Com uma população de 437,7 milhões de habitantes, a América Latina abriga 270,2 milhões de pobres, 61,8% do total. Destes, 143,4 milhões são pobres crônicos. Os dados fazem parte do documento Desenvolvimento sem Pobreza, um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Se as causas da pobreza não forem atacadas, o documento prevê que os pobres serão 287,2 milhões em 1995 e quase 300 milhões no ano 2000. Para combatê-la, apenas nos aspectos essenciais (saúde, serviços básicos etc.) seriam necessários investimentos de US\$ 282 bilhões, o equivalente a mais de 70% da dívida externa da região.

Segundo o cálculo de medição integral da pobreza (MIP), 203,7 milhões de latino-americanos (43,5%) estão abaixo da linha de pobreza e 209,8 milhões não conseguem atender a todas as suas necessidades básicas. Apenas 6,5% da população regional escapa dessa dramática realidade.

Na distribuição da população abai-

xo da linha de pobreza, o Brasil aparece em primeiro lugar com 62,3 milhões de habitantes, ou 36% dos que se encontram nessa situação na América Latina. Em segundo lugar vem o México (17,1%), seguido da Colômbia (7,3%) e Peru (6,8%). No Uruguai e Costa Rica, os mais pobres não chegam a 1%.

O documento contém uma série de estatísticas sobre a América Latina no contexto mundial. Tais estatísticas indicam que a região "tem uma participação crescente na população mundial, decrescente na economia e no mercado mundiais e, provavelmente, crescente na pobreza do planeta".

"Na evolução econômica da América Latina e Caribe, a influência das relações externas, e particularmente com os Estados Unidos, tem sido fundamental", salienta o PNUD. O documento observa que a política adotada pelos EUA nos anos 80, para combater a inflação, gerou grande déficit fiscal, elevou as taxas de juros e converteu o país em importador de capitais. (Folha de S. Paulo, 23/11/90)

## Concentração de renda bate recorde; 1% mais rico têm 17,3% do bolo

A concentração de renda no Brasil atingiu no ano passado o índice mais alto já registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apenas 658 mil pessoas (1% da população economicamente ativa) concentraram 15,9% da renda nacional do trabalho, enquanto 6,58 milhões de trabalhadores (os 10% mais pobres) ficaram com 0,7%.

Se forem incluídos os demais rendimentos, a participação do 10% mais pobres cai para 0,6% e a dos 1% mais ricos sobe para 17,3%. A estreita faixa dos mais ricos conseguiu ampliar sua renda média mensal de 48,7 salários mínimos no ano passado.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada em 86 mil residências. (Folha de S. Paulo, 14/11/90)

## Margem de lucro no Brasil está entre as mais altas do mundo

O economista João Eduardo Furtado, em sua tese de mestrado "Produtividade na indústria brasileira: padrões e evolução", pretende mostrar que o empresariado brasileiro pratica uma das maiores margens de lucro do mundo — só perde de seus colegas do Chile, Colômbia e Venezuela.

Além de cobrar altas margens, pesa também sobre o empresariado brasileiro a marca de eleger o salário como a menor de suas despesas operacionais. É menor até mesmo que Bangladesh, Turquia, Egito, Bolívia, Índia e Coreia do Sul.

Enquanto no Primeiro Mundo a rentabilidade obtida pelos empresários varia entre 23% e 30% do custo de produção, no Brasil a margem de lucro alcança 52%. (Correio Brasileiro, 19/11/90)

## Aconteceu

Nº 555

5 a 20 de dezembro de 1990

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**  
Rua Santo Amaro, 129  
22211 - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (021) 242-8847  
Av. Higienópolis, 983  
01238 - São Paulo - SP  
Fonc: (011) 825-5544

**Editor**

Edmilson Zanetti  
MTb 15.192

**Editor de arte**

Flávio Irala

**Editores assistentes**

Ângela Galvão  
Beatriz de Moraes Vieira  
Elie Ghanem  
Fany Ricardo  
Magali do Nascimento Cunha  
Marita Regina de Carvalho

**Secretaria de redação**

Beatriz Araújo Martins

**Diagramação**

Marta Cerqueira Leite Guerra

**Paginação**

Alfredo Salvador Vieira Coelho

**Fotolitos e Impressão**

Tribuna da Imprensa/RJ

*Aconteceu* é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

**Assinatura anual**

Cr\$ 500,00

**Assinatura de apoio**

Cr\$ 600,00

**Assinatura exterior**

US\$ 50

## Collor é derrotado nas urnas em todo o país

O presidente Collor sofreu, sem sair da Casa da Dinda, em Brasília, uma derrota ainda maior que a esperada no segundo turno das eleições. Os candidatos a governador corrompidos foram derrotados nos principais estados do país. O próprio presidente e o ministro da justiça, Jarbas Passarinho, reconhecem o quadro desfavorável em conversas informais à noite.

Collor perde em São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná quando, há algumas semanas, tinha esperança de conseguir a vitória em pelo menos três destes Estados. No primeiro turno, já havia perdido o Rio para Leonel Brizola (PDT). Collorido de carteirinha com vitória mais ou menos assegurada só mesmo o senador José Agripino Maia (PFL), no

Rio Grande do Norte. No Maranhão, o presidente João Castelo (PRN) derrotado por Edison Lobão (PFL), o que equivale a dizer uma derrota para o ex-presidente José Sarney.

O proprietário do instituto de pesquisas Vox Populi, Marcos Coimbra, e um dos conselheiros de Collor desde a campanha à Presidência, foi ainda mais taxativo: "O quadro é péssimo para o presidente".

O presidente passa a se refugiar, politicamente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Este processo de "nordestinização" da base política de Collor é semelhante ao do último presidente do ciclo militar, João Baptista Figueiredo (1978-85). Na eleição de 1982, Figueiredo como Collor agora, elegeu governadores simpáticos ao

seu governo na maioria dos estados. Mas foi derrotado no coração do país: em São Paulo, Franco Montoro (PMDB); no Paraná, José Richa (PMDB); no Rio, Leonel Brizola (PDT); e em Minas, Tancredo Neves (PMDB). Esta base política, potencializada pela recessão do início dos anos 80, abriu caminho para a campanha das diretas-já e a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral. A "nordestinização" parece ser uma sina dos esquemas políticos em crise no Brasil. Assim como aconteceu com Figueiredo e agora com Collor, Sarney, depois do fracasso do Plano Cruzado em 86, acabou se escorando numa base parlamentar extraída dos estados mais atrasados do país. (*Folha de S. Paulo*, 26/11/90)

## Fleury vence Maluf por 503 mil votos válidos

O TRE de São Paulo anunciou o resultado oficial da eleição para o governo do Estado. Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB) recebeu 7.368.726 votos, 51,76% dos votos válidos. Paulo Maluf (PDS) teve 6.865.158 votos, 48,23% do total de votos válidos. O governador eleito venceu o adversário por uma diferença de 503.568 votos (3,56%). Foram registrados ainda 2.356.042 votos nulos e 228.194 votos em branco.

Os números demonstram também que houve uma transferência muito mais acentuada de votos em favor

de Fleury. No primeiro turno, ele obteve 3.803.259 votos (22,2% do total). Para atingir o total obtido no último domingo, o peemedebista recebeu mais 3.565.567 votos, quase o dobro conseguido no primeiro turno. Já Paulo Maluf havia conseguido 5.872.473. A adesão ao pedessista foi menos expressiva. Ele obteve no primeiro turno 5.872.473 votos (34,28% do total). No segundo turno, o apoio a Maluf não chegou a 1 milhão de votos. Ele teve o apoio de 93.685 eleitores que não o consagraram no primeiro turno. O antimalufismo falou mais forte.

O número de votos nulos foi muito maior que o registrado no primeiro turno. Dos 16.818.120 eleitores que votaram no dia 25, 2.356.042 (14,01% do total) decidiram anular o seu voto. No primeiro turno, o número de votos nulos foi de 1.932.885. Já os votos em branco foram significativamente menores nesta eleição. Foram apenas 228.194 votos em branco (1,36% do total). No primeiro turno, a diferença foi bem mais acentuada: 1.698.983 (9,92% do total) depositaram suas cédulas em branco na urna. (*Folha de S. Paulo*, 28/11/90).

## Governadores da era Collor

### UF Governador

AC Edmundo P. Almeida Neto (PDS)  
AP Annibal Barcellos (PFL)  
AM Gilberto Mestrinho (PMDB)  
BA Antonio Carlos Magalhães (PFL)  
CE Ciro Gomes (PSDB)  
DF Joaquim Roriz (PTR)  
ES Albuíno Azevedo (PDT)  
GO Íris Rezende (PMDB)  
MA Edison Lobão (PFL)  
MT Jaime Campos (PFL)  
MS Pedro Pedrossian (PTB)  
MG Hélio Garcia (PRS)  
PA Jäder Barbalho (PMDB)

### UF Governador

PB Wilson Braga (PDT)  
PR Roberto Requião (PMDB)  
PE Joaquim Francisco (PFL)  
PI Antonio Freitas (PFL)  
RJ Leonel Brizola (PDT)  
RN José Agripino Maia (PFL)  
RS Alceu de Deus Collares (PDT)  
RO Valdir Raupp (PRN)  
RR Ottomar Pinto (PTB)  
SC Vilson Kleinubing (PFL)  
SP Luiz A. Fleury Filho (PMDB)  
SE João Alves (PFL)  
TO Moisés Avelino (PMDB)

## CEDI do Rio tem novo endereço

Desde o final de outubro, o CEDI do Rio está em novo endereço. A entidade agora está instalada em sede própria, à rua Santo Amaro, 129, CEP 22211.

Atenção para os números de telefone e fax. O telefone é (021) 224-6713. O fax é (021) 242-8847.

# Pobreza agride o ambiente da América Latina

Os problemas ambientais mais importantes dos países da América Latina estão vinculados à pobreza e ao subdesenvolvimento e não ao aumento da produção e consumo de energia, normalmente apontados como os vilões da destruição ambiental provocada pelo desmatamento e pela emissão de gases tóxicos na atmosfera. Essa é a conclusão de um extenso diagnóstico da região divulgado pela Organização Latino-americana de Energia (Olade). "O subdesenvolvimento e a destruição dos ecossistemas formam um círculo vicioso que condena grandes parcelas da população — cerca de 41% da população da região — a suportar uma péssima qualidade de vida", afirma o documento elaborado pela Olade.

Com esse diagnóstico, a idéia da Olade é iniciar um processo de discussão e intercâmbio de experiências que evite a "imposição de falsas prioridades" na definição de uma estratégia comum entre os países durante a Conferência Mundial de Meio Ambiente, em 1992. O documento deve servir de base para tornar realidade o desenvolvimento mundial sustentável.

Segundo a Olade, a falta de água potável e de sistemas de encanamento, o desemprego, o confinamento de pessoas em pequenos espaços devido à falta de moradia e o cultivo de terras impróprias são as principais questões de meio ambiente para uma grande parte de latino-americanos e caribenhos. Esses problemas se aliam ao impacto provocado pelo aumento das atividades do setor de energia e pelo manejo inadequado dos projetos. "Mas os efeitos nocivos provocados pela indústria energética (produção, transporte e transformação de energia), apesar de serem os mais divulgados, causam menos problemas do que o consumo final de energia", assegura o documento.

**Desvios** — A concentração industrial e urbana explica por que, apesar de não alcançarem o grau de industrialização e modernidade dos países do Norte, estão na América Latina muitas das mais contaminadas cidades do

## O que é a Olade

A Organização Latino-Americana de Energia foi formada por representantes dos governos de 22 países do continente, inclusive o Brasil, em 1973, no contexto da crise mundial do petróleo. Tem como objetivo favorecer a coordenação de políticas energéticas na região e desenvolver um inventário de recursos energéticos na região e desenvolveu um inventário de recursos energéticos, estudos sobre transferência de tecnologia e reflexões sobre um mercado comum de energia. Sua sede é em Quito, no Equador. (CEDI, 29/11/90)

mundo. A poluição é provocada principalmente pela eliminação de monóxido de carbono através de um sistema de transporte baseado no automóvel, em redes viárias inadequadas — as consequências são as doenças respiratórias. Hoje, 70% da população da América Latina e Caribe vivem em áreas urbanas, aglomerada em casas com espaço reduzido — um terço das residências desses países tem apenas um quarto e cada família tem em média 4,7 pessoas. Em algumas favelas do Rio, segundo o documento, há 1.250 pessoas morando numa área equivalente a um campo de futebol oficial.

"O subdesenvolvimento, e não o consumo de madeira, é a causa principal da derrubada das florestas tropicais", garante o documento da Olade. "A pobreza rural e o uso inadequado da terra são os responsáveis pelo desmatamento de 5 milhões a 7 milhões de hectares por ano de mata tropical, com a finalidade de abrir fronteiras para a agricultura migratória a à pecuária extensiva", informa o relatório.

A produção de petróleo e as usinas hidrelétricas podem provocar severos danos ao meio ambiente se não houver um bom plano de manejo. A

contaminação do mar é o maior risco do transporte de fontes de energia — 60% da poluição marinha por hidrocarbonetos provém da produção em terra firme e operações de rotina de lavagem dos tanques dos navios petroleiros. Acidentes com vazamentos de óleo são responsáveis por apenas 25% da contaminação.

**Lixo radioativo** — A Olade estima que, na região, 40% da população ainda dependem unicamente de madeira e carvão vegetal como fonte de energia. Nas residências, segundo o documento, as partículas sólidas emitidas pelo consumo de lenha têm causado doenças respiratórias e conjuntivite em mais de 15 milhões de mulheres que ainda cozinham diariamente em fogões a lenha.

A Olade propõe que a questão do efeito estufa seja discutida dentro do "princípio de co-responsabilidade" entre os países da América Latina e os mais desenvolvidos. Segundo o documento, o mundo industrializado, com 20% da população mundial, consome 60% dos combustíveis fósseis e 90% dos clorofluorcarbonos (CFC), que destroem a camada de ozônio da atmosfera, provocando mudanças no clima global.

"É necessário maior controle do lixo radioativo que chega à América Latina e ao Caribe proveniente dos países industrializados. É importante uma atitude comum mais firme sobre esse grotesco negócio", adverte o relatório da Olade.

Entre 1987 e 1989, o Banco Mundial destinou US\$ 7,2 bilhões aos projetos ambientais dos países da América Latina e Caribe. O Banco Interamericano de Desenvolvimento emprestou US\$ 600 milhões até 1988 — 26% para projetos de controle ambiental do setor de energia. Mas essa parcela é ainda muito pequena se comparada às cifras destinadas às outras regiões do planeta", reclama a Olade, ao lamentar que as agências de financiamento internacionais ainda não tenham uma política clara para o apoio a projetos ambientais na América Latina. (Jornal do Brasil, 18/11/90)

## Polêmica Antártica

Uma coalizão de 200 organizações pacifistas e ecológicas de 35 países, encabeçada pelo Greenpeace, pediu que o continente antártico seja declarado um parque mundial, na reunião consultiva especial sobre o Tratado Antártico, que está sendo realizada em Viña del Mar, no Chile, até 7 de dezembro, reunindo 39 representantes de países signatários. Os ecologistas pediram o "sepultamento" de um convenção para a exploração de jazidas minerais na Antártica, aprovada em junho de 1988 mas que ainda não foi aplicada. Calcula-se que existam 50 bilhões de barris de petróleo, minas de carvão, ouro e titânio na região, cujo valor é incalculável. Os Estados Unidos, o Japão e o Brasil são favoráveis à exploração dessas riquezas e querem que ela aconteça com prazo fixo, supervisionada pelos cientistas. Austrália, França e Itália apóiam a criação do Parque Mundial Antártico, enquanto outros países, como o Chile, são partidários de uma moratória para a exploração das riquezas naturais até que elas possam ser feitas sem perigo para o meio ambiente. (*Jornal do Brasil*, 23/11/90; *Veja*, 28/11/90)

## Banco Mundial abre crédito ambiental para o Leste europeu

O Banco Mundial (Bird) pode abrir uma linha de crédito entre US\$ 8 e 9 bilhões para financiar programas nos países da Europa Oriental nos próximos três anos, dos quais uma parcela será dedicada a projetos beneficiando o prejudicado meio-ambiente da região, informou um funcionário do Bird.

Até 40% do financiamento do Bird à região a partir deste ano até a metade da década auxiliará indiretamente (e de 15 a 20% diretamente) a Europa Oriental em seus esforços para limpar a poluição provocada pelas economias centralizadas, disse

Eugenio Lari, diretor do departamento europeu do Bird.

A Polônia, com suas amplas reformas econômicas e sua poluição severa, será a maior beneficiária dos empréstimos do Banco Mundial nos próximos três anos, obtendo cerca de US\$ 1 bilhão por ano. A Tchecoslováquia e a Iugoslávia receberão cada uma até US\$ 600 milhões ao ano no período, a Hungria e a Romênia terão US\$ 400 milhões para cada uma e a Bulgária terá direito a financiamentos anuais de US\$ 300 milhões, estima Lari. (*Gazeta Mercantil*, 23/11/90)

## Florestas alemãs estão poluídas

Um membro do Partido Verde alemão divulgou um relatório oficial concluindo que os estragos ambientais causados às florestas da Alemanha aumentaram assustadoramente, passando a atingir 59,3% do total das áreas florestais em 1990, principalmente devido à forte poluição proveniente da antiga Alemanha Oriental.

Wilhelm Knabe, deputado verde do Parlamento alemão, disse que, segundo o relatório ainda não divulgado oficialmente, a área mais afetada é o Estado de Sachsen-Anhalt, na antiga Alemanha Oriental, onde 76,5% das árvores estão danificadas, informou o UPI. (*Gazeta Mercantil*, 31/10/90)

## Políticas governamentais

A análise crítica da conjuntura político-econômica brasileira através da ótica dos movimentos populares.

Uma revista mensal do Ibase, com a avaliação das últimas medidas do governo federal e suas implicações na sociedade brasileira.

Participe conosco nesta reflexão. Faça sua assinatura anual.

- Individual: 30 BTN  
 Institucional: 42 BTN

Solicite um exemplar gratuito para consulta.

**IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**  
Rua Vicente de Souza, 29  
22251 — Rio de Janeiro — RJ  
Fone: (021) 286-0348



## IBGE prevê conflitos na BR-364

“Será um verdadeiro caldeirão de conflitos sociais”. Com essas palavras, Tereza Cardoso da Silva, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definiu o que acontecerá com o oeste de Rondônia e o audeste e o sul do Acre caso a rota escolhida para a continuação da BR-364 rumo ao Oceano Pacífico passe por Brasília, no sul do Acre, e não por Cruzeiro do Sul, no oeste. Segundo ela, o asfaltamento da rodovia que hoje já existe na região (a BR-317), que liga Rio Branco a Brasília, vai estimular a especulação com a terra e atrair colonos e fazendeiros, intensificando ainda mais os problemas sociais existentes na área onde foi morto o líder seringueiro Chico Mendes e onde hoje há focos de conflito espalhados por toda a parte.

A avaliação do IBGE já diagnosticou que a erosão do solo decorrentes

do desmatamento para atividade agropecuária está contribuindo para a acentuação das secas durante o período de estiagem e, durante o período chuvoso, a lama que chega aos rios contribui para aumentar exageradamente o volume das águas, aumentando o poder das enchentes que atingem as cidades da região.

O Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas identificou na região dezenas de pontos de conflito social pela posse da terra e propôs a criação de quatro reservas extrativistas, três florestas nacionais e demarcação de 25 reservas indígenas na área analisada. Mas nos últimos cinco anos o Ibama só demarcou duas florestas nacionais — Bom Futuro (RO) e Purus (AM) — e a reserva extrativista Chico Mendes (AC) e a Funai só demarcou quatro áreas indígenas. (*Jornal do Brasil*, 16/11/90)

## Crab repudia atitude do setor elétrico

A conclusão das obras da hidrelétrica de Itá — grande barragem na bacia do Rio Uruguai — estava prevista para o ano de 92, e a partir de um acordo feito em 87 entre atingidos e Eletrosul, até final deste ano a questão social já deveria ter sido resolvida. No entanto, apenas em torno de 25% da população atingida foi indenizada e a direção da Eletrobrás, que havia se comprometido a apresentar até 13 de outubro nova proposta de término das negociações, até hoje não o fez.

Este descaso do setor elétrico tem gerado um clima de revolta e desespero entre a população atingida, por não possuírem nenhuma definição de futuro. Isto fez com que no dia 12 de novembro um grupo de pessoas atingidas pela UHE de Itá retivesse um funcionário da Eletrosul para tentar sensibilizar a direção do setor elétrico.

Por sua vez, a direção da Eletro-

### Agricultores 'enterram' a ministra Zélia

Cerca de 300 múnis e pequenos produtores do Paraná fizeram em Ibatí, município do norte velho do estado, um enterro simbólico da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Os agricultores protestavam contra a escassez de recursos para o crédito rural — estima-se que dos Cr\$ 80 bilhões que seriam destinados ao Estado apenas 40 a 50% foram colocados à disposição da agricultura, na maior parte absorvidos pelos produtores de soja. O presidente da Associação dos Produtores do distrito de Carvãozinho, Alceu Machado, disse que com a falta de crédito o êxodo de agricultores da região está aumentando. Das 80 famílias que viviam em Carvãozinho nos últimos anos, restam apenas 40 delas, segundo ele. O prefeito de Ibatí, Marlei Ferreira, lembra que pelo menos 10 fazendas de café foram colocadas à venda recentemente. Em outras, o café foi erradicado, diminuindo o trabalho para os três mil bóias-frias do município. (*O Estado de S. Paulo*, 13/11/90)

### Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens

No final de janeiro de 1991, será realizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Nos dias 11 à 13 de novembro, no município de Palmitos, Santa Catarina, realizou-se um encontro em preparação ao Congresso, onde se reuniram trabalhadores atingidos por barragens da Bacia do Rio Uruguai, do

Rio Iguaçu e de Dona Francisca.

Os atingidos do Sul estão priorizando a preparação do Congresso, por entenderem que há necessidade de tomar um posicionamento em relação ao setor elétrico como um todo, e principalmente por ser este o momento em que serão definidos os rumos da organização em nível nacional. (*Crab*, novembro 90)

sul se negou a negociar, tratando esta questão como um caso de polfícia. Os atingidos liberaram o funcionário após 24 horas e entregaram um documento para a Eletrosul, no qual exigem a presença da direção da empre-

sa até o final do mês de novembro, com uma proposta concreta de negociação.

Os atingidos deixaram claro que este ato deva servir como um alerta para a Eletrosul. (*Crab*, novembro 90)

### Caso Chico Mendes deve reunir 15 mil em Xapuri no dia 12

A grande corrida rumo a Xapuri para o julgamento do ano já começou: todos os hotéis de Rio Branco e Xapuri estão com a lotação esgotada no período de 1º a 15 de dezembro, e o comitê Chico Mendes já solicitou ao governo do Estado do Acre 50 barracas da Defesa Civil para abrigar os convidados.

Mais de 15 agências de correspondentes internacionais estarão presentes, além das emissoras de televisão e rádio e jornais locais, políticos, artistas, lideranças da CUT, representantes da CNBB, militantes de esquerda e ambientalistas do mundo inteiro.

O juiz Adair Longuini anunciou que pediu envio de força policial militar de Rio Branco para garantir a tranquilidade em Xapuri durante o julgamento. Até o fim deste, Osmarino Amâncio, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tido como sucessor de Chico Mendes, receberá segurança e garantia de vida das Polfícias Civil e Militar do

Acre, conforme pedido do ministro Jarbas Passarinho.

O advogado de defesa Rubens Lopes Torres pediu no dia 23 de novembro um novo adiamento do julgamento, requisitando sua transferência para março, sob a alegação de que todos os integrantes da defesa têm outros compromissos no dia 12 de dezembro. A decisão dos advogados deixou apreensivas as lideranças da Aliança dos Povos da Floresta, que ainda não se convenceram com as justificativas alegadas por Longuini para adiar o julgamento, marcado inicialmente para 25 de outubro. Longuini garantiu que não consta de seus planos mudar a data do julgamento, a não ser em caso de extrema gravidade.

Os acusados Darly e Darcy Alves, juntamente com seu pai e irmãos, têm antecedentes criminais desde 1958 os quais deverão pesar no julgamento. (*Folha de S. Paulo*, 20/11/90; *O Estado de S. Paulo*, 24/11/90; *Jornal do Brasil*, 28/11/90)

## Assassino de Sebastião Lan é condenado

O ex-segurança da Telerj Hélio Barros Filho foi condenado, na noite da sexta-feira, em Cabo Frio, a 14 anos de prisão por ter assassinado o líder rural Sebastião Lan. Barros poderá cumprir a pena em regime de prisão albergue dentro de dois meses e requerer liberdade condicional em um ano e meio. A promotora Glória Maria Percinotto ficou satisfeita, pois pela primeira vez se condenou um assassino de trabalhador ru-

ral na comarca de Cabo Frio. O advogado Artur Levigne, um dos assistentes da acusação, afirmou que recorrerá da sentença por considerá-la muito branda.

Pouco tempo depois de ser retirado do Tribunal algemado e sob escolta policial, Hélio Barros Filho já estava num bar de um posto de gasolina na Rodovia Amaral Peixoto. Lá, ele tomava cerveja com os três policiais encarregados de escoltá-lo de

volta à penitenciária quando foi flagrado por um jornalista. Após a publicação da foto nos jornais, foi aberta uma sindicância administrativa, na 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil para apurar o comportamento dos policiais. O outro acusado do assassinato, Di Stefano Ananias de Jesus, ainda não foi julgado, mas já confessou o crime. (*O Dia*, 25/11/90; *O Estado de S. Paulo*, 25/11/90; *O Globo*, 26/11/90)

## Líder camponês acusa grileiro de assassinato

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) e líder sem terra, Sebastião Neves Rocha, denunciou no dia 19 de novembro que o assassinato dos posseiros José Natal Romão e Januário Emídio dos Santos, no último dia 14, em Arinos (MG), foi cometido por dois pistoleiros a mando do grileiro José Alfredo Alves. Segundo Rocha, Alves quer se apoderar de uma área de 2.500 hectares pertencente à Fazenda Menino, extensa propriedade

(89 mil hectares) situada naquele município e habitada por 400 famílias de posseiros.

Segundo o presidente da Fetaemg, José Natal, antes de morrer, contou que o crime havia sido executado pelos pistoleiros Baltazar Soares e Milton de Matos, a mando de José Alves.

Sebastião Rocha disse que o grileiro está tentando obter na justiça a posse da área e que está ameaçando as famílias dos posseiros, derrubando casas e queimando lavouras. Reve-

lou ainda que a Fazenda do Menino é objeto de pendência judicial que já se estende por quase 30 anos para definir se suas terras são devolutas ou se há proprietários. Segundo ele, os posseiros se instalaram ali nos últimos 50 anos e enfrentam pelo menos 25 grileiros que estão se apoderando de extensas áreas da fazenda, cujos limites chegam aos municípios de São Francisco e Januária, localizados em raio de quase 200 quilômetros de Arinos. (*Jornal do Brasil*, 20/11/90)

## Combate à seca não tem verbas federais

Os rigores da grande seca que assolou o Nordeste entre 1979 e 1983 estão de volta. Desde fevereiro não chove em dezenas de municípios. A situação se agrava a cada dia com o esgotamento dos açudes e represas.

De acordo com o secretário de Agricultura de Pernambuco, José Freitas, desde abril o governador Carlos Wilson já conversou pessoalmente quatro vezes com o presidente Fernando Collor sobre o assunto. Freitas afirma que esses encontros não resultaram em nenhuma medida eficaz para solucionar o problema. Como verba especial para todo o Nordeste, o governo federal ofereceu Cr\$ 240 milhões. Os Cr\$ 40 milhões destinados a Pernambuco ainda não chegaram. Além disso, as cestas básicas solicitadas pela Sudene desde agosto ainda não foram distribuídas no Estado.

A situação é grave também no

Ceará, onde existe escassez de água potável em vários municípios. O secretário da Fazenda, Francisco José Lima Matos, afirma que é a primeira vez que o governo federal se recusa a socorrer as vítimas da seca. A Defesa Civil do Ceará reclama a entrega das 200 mil cestas básicas prometidas pelo governo federal.

Na estação rodoviária de Fortaleza desembarcam diariamente famílias vindas dos lugares afetados. Na região do Cariri, todos os ônibus que fazem linha para São Paulo saem lotados.

No Rio Grande do Norte os saques promovidos por agricultores famintos está assustando o governo do Estado. A Secretaria de Agricultura afirma que já gastou Cr\$ 400 milhões este ano para assistir 60 mil trabalhadores rurais que tiveram suas lavouras arruinadas. A Federação dos

Trabalhadores na Agricultura afirma que a ajuda do governo é insuficiente, e que 150 mil trabalhadores perderam praticamente toda a produção ou foram dispensados do trabalho na lavoura.

Em Sergipe, a estiagem afeta 32 dos 74 municípios e já causou a perda de 60% a 80% das lavouras de milho, feijão e algodão. O governo do Estado já pediu à Sudene a liberação de Cr\$ 1,7 bilhão para obras de emergência e abertura de frentes de trabalho para 28.200 flagelados.

Em Alagoas a situação também é crítica. A estiagem que já dura oito meses afeta gravemente 22 municípios, onde as lavouras de milho e feijão foram perdidas. Neste Estado também se espera pela ajuda salvadora do governo federal, que este ano está demorando a chegar. (*O Estado de S. Paulo*, 25/11/90)

## Luteranos enviam carta ao presidente Collor

Em carta aberta dirigida ao governo federal, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) pede que sejam colocados recursos à disposição da pesquisa que vise a desenvolver, junto com os que estão trabalhando na região amazônica, atividades econômicas alternativas que possibilitem a sobrevivência da população assentada. Pede, ainda, que a política ecológica não seja feita às custas das pessoas, e entende que a implantação da reforma agrária é a solução mais adequada para a região.

A carta traduz a ansiedade e insegurança que sentem os membros luteranos radicados na Amazônia, a maioria pequenos agricultores, que hoje não vêem mais perspectivas futuras, abandonaram suas lavouras e vendem o pouco que ainda possuem para investir numa passagem para um destino incerto. "Os colonos da Transamazônica, que há 18 anos lutam para sobreviver em seus lotes, têm a impressão de que o governo está, intencionalmente, deixando que se deteriore a infra-estrutura — estradas, pontes, hospitais, escolas — para que eles finalmente desistam e vão embora para as cidades", manifesta-se na carta aberta.

Em algumas regiões da Amazônia as terras dos pequenos agricultores são reconcentradas nas mãos dos grandes. A carta indaga para onde irão e como ficarão os milhares de pessoas que encontraram sua única subsistência no garimpo. Sucessivos governos federais fomentaram sua ida para a região amazônica e promoveram assentamentos. A carta enfatiza que o governo não pode brincar com o povo, criado a imagem e semelhança de Deus. (Agen, 08/11/90)

### Cristãos no Japão

Uma verdadeira guerra religiosa foi travada nas ruas de Tóquio, por jovens cristãos e esquerdistas, nos dias que antecederam a entronização do imperador Akihito, do Japão. (Is- to É/Senhor, 14/11/90)

## Protestante surpreende nas eleições da Guatemala

O engenheiro protestante, Jorge Serrano que presidiu o Conselho de Estado durante a ditadura de 18 meses do general Efraim Rios Montt (1982/1983), foi a zebra da eleição presidencial na Guatemala, realizada dia 11 de novembro, a segunda considerada livre depois de 30 anos de ditaduras militares Jorge Serrano, do Movimento de Ação Solidária (MAS), surpreendeu ao chegar em primeiro lugar, deixando para trás o direitoista Jorge Carpio, que era considerado o favorito na votação.

Mas o sucessor do atual presidente, o democrata cristão Vinicio Cerezo, só deverá ser definido no segundo turno, no dia 6 de janeiro, já que nenhum candidato obteve a maioria absoluta. O percentual de abstenções foi grande: cerca de 40% nas principais cidades e perto de 50% no interior, onde há uma guerra aberta entre o Exército e a guerrilha da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG). O número de votos nulos chega a 10% do total.

"Governarei com Deus ditar a minha consciência", disse Jorge Serrano, de 45 anos em campanha para o segundo turno. Ele admitiu que se beneficiou dos votos dos partidários

do general Rios Montt, que era o favorito até um mês antes da eleição, quando teve sua candidatura vetada pela justiça (a Constituição guatemalteca impede que ex-golpistas assumam cargos políticos). Rios Montt presidiu uma das ditaduras mais sangrentas da história da Guatemala. Converteu-se a uma seita protestante e assumiu um discurso populista depois de ser derrubado, em 1983 pelo seu ministro da Defesa, general Humberto Mejia.

Serrano nega que seja de extrema direita. Como argumento, ele cita sua participação nas conversações entre os partidos e dirigentes da guerrilha, realizadas na Espanha em junho passado. Durante essas conversações, das quais não participaram nem o governo nem o Exército, os partidos aceitaram reformar a Constituição para permitir a reintegração dos rebeldes à vida civil.

Mesmo tendo posto fim ao ciclo de governos militares que durou 30 anos, a Guatemala figura entre os países recordistas nas violações aos direitos humanos, segundo a Anistia Internacional. Ano passado foram registrados 2.000 assassinatos políticos. (Jornal do Brasil, 13/11/90)

## Collor usa Bíblia para apelar ao povo

Numa missa em comemoração ao Dia Nacional de Ação de Graças, celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, o presidente Collor usou um texto bíblico para apelar pela paciência do povo. Este foi o ponto abordado em seu pronunciamento à nação no último dia 23, reforçado na missa com o trecho da carta do apóstolo aos Colossenses que diz: "Vós pois, como eleitos, santos e amados de Deus, revesti-vos de sentimentos de carinhosa compaixão, bondade, humildade, mansidão, paciência. Suportai-vos uns aos outros e perdoai-vos mutuamente toda vez que tiverdes queixa contra o outro". (Folha de S. Paulo, 23/11/90)

*A intenção do Apóstolo Paulo escrevendo aos Colossenses era de animar uma comunidade cristã que se estabelecia, conclamando-a a viver em união. Collor usa hoje a carta, praticando um fundamentalismo próprio de quem usa a Bíblia para defender interesses particulares. Ele se esquece de que a Bíblia tem mensagens muito claras para lideranças que fazem do povo sofrido, instrumentos para seu próprio benefício, como o que Jesus diz dos fariseus no Evangelho de Lucas: "...(eles) dizem e não fazem. Atam fardos pesados e difíceis de carregar e os põem sobre os ombros dos homens, entretanto, eles mesmos, nem com o dedo, quem movê-los".*

## CNBB critica situação social e defende pacto

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em documento lançado na 26ª Reunião do Conselho Permanente da entidade, encerrada dia 24 em Brasília, condenou a concentração da riqueza em apenas 5% da população ao custo do "empobrecimento, desnutrição e a fome do resto dos habitantes". A CNBB defendeu entendimentos para um pacto social que ofereça "melhores perspectivas de vida ao povo brasileiro".

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou que o pacto social deve se estender "a todos os setores do capital e do trabalho, e consiga superar o corporativismo, um vício da sociedade atual".

Sobre a atuação do governo, a CNBB considera que, ao contrário dos planos e do que diz o presidente Collor, "não assistimos mudanças significativas do comportamento com relação à coisa pública, situação que

beneficia a interesses de classes ou grupos. A CNBB afirma que foram deixados de lado a reforma agrária, o sistema público de saúde, os problemas de moradia e a educação. Mas elogia o Estatuto do Menor, recém-criado, e os esforços iniciais para proteger a selva amazônica.

Já d. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velha (GO), revelou existir um "diálogo de surdos" entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo. "A CNBB tem falado ao governo da degradação social que o país está vivendo e o governo tem feito ouvido de marcadador", afirmou.

O bispo de Goiás Velha, representante da ala "progressista" da igreja, diz que a "crítica contundente" contra o governo Collor poderá aflorar na 29ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, no início de 91. "Os bispos já discutem as fortíssimas restrições que temos contra o

governo e vamos mostrar isso no tema da próxima linha pastoral ("A Sociedade Brasileira e os Desafios Pastorais")", afirma D. Balduino.

Para o bispo, que diz falar em nome de "pelo menos" 70% da Igreja brasileira, "há uma falha intrínseca no governo: o desrespeito ao social. É um governo que objetiva o aprimoramento da moeda ao preço de uma degradação da Saúde, da Educação, do Emprego e da Reforma Agrária". Segundo ele, o relacionamento Igreja e governo "está tenso" nos bastidores.

No último dia 27, D. Luciano participou de uma audiência com o presidente Collor, quando apresentou a lista dos problemas para os quais a CNBB pleiteia providências do governo. O primeiro deles é a situação dos índios Yanomami, vítimas de malária e tuberculose. (*Folha de S. Paulo*, 17/11/90; *Jornal do Brasil*, 28/11/90)

## Salvadorenhos lembram massacre dos jesuítas

Milhares de salvadorenhos lembraram o primeiro aniversário do massacre de seus sacerdotes jesuítas e duas empregadas deles, ocorrido na Universidade Católica de El Salvador e cometido por um comando do Exército. Os membros de uma delegação parlamentar espanhola (cinco jesuítas eram espanhóis) participaram das solenidades" concentração numa das principais praças da cidade, marcha com tochas até a universidade e missa campal.

Os jesuítas, acusados de difundir idéias esquerdizantes, foram arrancados de seus alojamentos na madrugada de 16 de novembro do ano passado, torturados, mortos e mutilados. Naquela noite, a guerrilha esquerdista iniciara uma grande ofensiva contra

o governo que se estendia por vários bairros da capital.

"Desde esse dia, pouca coisa foi feita para punir os verdadeiros responsáveis", lamentou padre José Maria Tojeira, superior da ordem na América Central. Sob intensa pressão externa para punição dos responsáveis (os EUA chegaram a suspender remessa de ajuda econômica), as autoridades salvadorenhas prenderam um coronel, Guillermo Benavides, três oficiais de menor patente e quatro soldados. Todos permanecem presos, aguardando conclusão das investigações feitas pelo juiz Ricardo Zamora.

"O processo é lento demais e não abrange os mandantes desse crime hediondo", acusou o padre Tojeira, para acrescentar: "Quase nada se fez

desde janeiro". Segundo o superior dos jesuítas, houve um complô para o assassinato dos padres que envolve "homens de muito poder" nas Forças Armadas. "O coronel e seus comandandos apenas executaram ordens", concluiu.

O deputado espanhol Luiz Fajardo, presidente da delegação parlamentar, esteve com o ministro da Defesa, coronel Renne Emilio Ponce, e lhe pediu a aceleração das investigações. Fajardo deverá reunir-se nas próximas horas com o presidente Alfredo Cristiani, a quem dirá que a credibilidade do processo de democratização de El Salvador "passa necessariamente" pela elucidação do massacre e punição dos responsáveis.

Em Los Angeles, cerca de 200 pessoas lembraram o episódio diante de um prédio da administração federal, fazendo um protesto contra a política americana para El Salvador e América Central. A polícia interveio. Houve choques e 36 manifestantes foram presos. (*O Estado de S. Paulo*, 17/11/90)

# Lutero

Primeira publicação da série *Leituras Bíblicas*, traz textos de Paulo Buss, Hermann Wille e Martin Dreher e apresentação de Milton Schwantes.

Preço: Cr\$ 240,00

Pedidos: CEDI (a/c Setor de Distribuição) — Av. Higienópolis, 983

01238 — São Paulo — SP

## Líder Ticuna denuncia invasores

Os índios Ticuna estão temerosos de um novo massacre na região do alto Solimões como ocorreu em 1988, por causa dos constantes conflitos que vêm acontecendo com madeireiros e pescadores que invadem suas terras. O secretário do Conselho Geral da Tribo Ticuna Pedro Mendes Gabriel, advertiu o superintendente da Funai em Manaus através de uma carta, que qualquer morte que venha a ocorrer entre os Ticuna e brancos será de responsabilidade da Funai.

A situação está tensa na região do alto Solimões devido às invasões constantes nos últimos meses de pescadores que se apossam dos lagos existentes na região, não respeitando nem mesmo o período de desova de algumas espécies em preservação. Com bombas e malhadeiras, os invasores estão causando grandes danos

ao meio ambiente, realizando a pesca predatória, deixando em alguns casos, os índios sem alternativas de alimentação à base de peixe.

Por impedir a pesca predatória nos igarapés Tucum e Tambaqui, o índio Olavo Tertuliano, da aldeia Vui-Uata-In no município de Amaturá, está sendo ameaçado de morte pelos pescadores. Pedro Mendes Gabriel, denunciou ainda na carta que o prefeito de Amaturá está enganando os índios, ao dizer que eles já perderam o direito sobre suas terras e que hoje elas estão à disposição dos pescadores e madeireiros da região.

Apesar de ter denunciado varias vezes pela imprensa, o contrabando do pescado continua sendo uma prática comum nos municípios do alto Solimões. Segundo o líder Ticuna, há índios envolvidos no contrabando

sem falar que até professores contratados pela Funai estão deixando as salas de aula para trabalharem nas pescas predatórias a serviço dos "patrões da pesca" colombiana. Pedro Mendes disse que a Funai, o Ibama e a Polícia Federal já foram informados da situação pelos índios, "mas até o momento nada fizeram para evitar o contrabando".

Pela falta de assistência da Funai, relata ainda a carta, nove pessoas morreram nas últimas semanas vitimadas por anemias e diarreias entre crianças e adultos. Na aldeia de Feijoal, onde ocorreram as mortes, há uma enfermeira da Funesp e um chefe de posto que nada fizeram para transportar os pacientes para hospitais de Tabatinga ou Benjamim Constant, denunciou o líder Ticuna. (A Crítica, 14/11/90)

## Kulina decidem fazer auto-demarcação de suas terras

Cansados de esperar pelo governo federal os índios Kulina da Área Indígena Médio Juruá decidiram iniciar por si mesmos o processo de demarcação das suas terras, comunicando aos moradores não índios dessas áreas que a partir do próximo ano eles deverão se retirar do local. A decisão foi tomada em uma assembleia realizada entre os dias 5 e 11 do mês de setembro, com a participação de 450 líderes daquele povo.

Reunidos na aldeia Medonho, as lideranças indígenas oriundas das regiões do baixo Juruá, Envira, Tarauacá, Alto Envira e Alto Purus, discutiram também a situação dos professores e um novo processo de educação.

Em carta divulgada pelos participantes da assembleia, os Kulina relatam que "faz muitos anos que os Kulina do Médio Juruá vem lutando para que o governo demarque suas

terras. Todos os levantamentos e estudos exigidos pela legislação para dar seguimento ao processo administrativo de demarcação já foram concluídos. Em outubro de 1987 esta área foi interditada pela portaria da Funai PP/340. A partir de então o governo não tomou nenhuma outra providência para legalizá-la, embora seja uma área de conflitos entre índios e ocupantes não índios". (A Crítica, 17/11/90)

## Exército vai demarcar território Kaiapó

O presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, assinou no dia 13 o plano de operação encaminhado pela diretoria do Serviço Geográfico do Exército destinado a tirar dúvidas quanto aos limites sul da área indígena Kaiapó, no Pará, cuja demarcação é contestada pelos índios.

O trabalho é do interesse da Associação dos Proprietários do Projeto Integrado Trairão, órgão que congrega fazendeiros na região sul da área indígena. (Correio Braziliense, 14/11/90)

## Índios em Rondônia estão isolados e acuados

Uma equipe de sertanistas da Funai, está sendo deslocada para o município de Alvorada do Oeste, em Rondônia, onde índios isolados que mataram um colono e feriram outro estão sendo perseguidos por grupos fortemente armados. Provavelmente da tribo Uru-Eu-Wau-Wau, os índios naquela região estão acuados por garimpeiros, madeireiros e constantemente atacados, o que segundo funcionários da Funai os leva a revidar as agressões na primeira oportunidade. (Correio Braziliense, 16/11/90)

## UNI faz convênio com a Sema

Convênio assinado entre a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e a União das Nações Indígenas (UNI) que prevê o repasse de Cr\$ 16 milhões pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente aos índios Xavante da área indígena Pimentel Barbosa e Surui de Rondônia, foi um dos 18 projetos preservacionistas aprovados este ano. Os projetos pretendem recuperar terras degradadas pelas queimadas e desmatamentos, através do plantio de árvores frutíferas e promover a criação de animais silvestres. (O Dia, 15/11/90)

## Venda ilegal de madeira em terra Kaingang

O procurador da República no Rio Grande do Sul, Renato Mattei, solicitou no dia 14 de novembro à Polícia Federal instauração de inquérito para investigar o envolvimento de Lúcio Della Beta, chefe do posto indígena da reserva Kaingang de Nonoi (RS), no roubo de madeira e nos frequentes conflitos entre os índios. Mattei tem certeza de que Della Beta será denunciado como responsável pela retirada ilegal de madeiras. O funcionário é acusado também de arrendamento ilegal de terras indígenas para brancos.

Em outubro, Della Beta sofreu um ato de infração do Ibama pela devastação de uma área de seis hectares da reserva, com apreensão de 150 toras de madeira. Mas, baseado em depoimentos de dois índios que denunciaram Della Beta, o procurador afirma que durante um mês foram

retirados diariamente da reserva dois caminhões carregados de madeira, depois transportados para Chapecó, em Santa Catarina.

No dia 14 de novembro, soldados da Brigada Militar entrevistaram numa briga entre lideranças da tribo que resultou em oito feridos e várias prisões. Uma das facções é liderada pelo índio Vairan Cassemiro, que denunciou ao procurador a participação no roubo da madeira do cacique da reserva, Zé Lopes. De acordo com Mattei, "90% dos 2.850 Kaingang da reserva mal sobrevivem, enquanto a cúpula tem bom padrão de vida".

Após os depoimentos prestados ao procurador, muitos índios passaram a ser perseguidos. Nos conflitos da semana passada, quatro deles conseguiram fugir e ficaram em Porto Alegre sob a custódia da Associação Na-

cional de Apoio ao Índio e da Procuradoria da República. Outros índios, da facção de Vairan Cassemiro, foram transferidos para a reserva Marréas em Guarapuava, no Paraná.

O Procurador diz que o delegado da Funai em Chapecó, Sebastião Fernandes, também está envolvido no caso e foi responsável pela intervenção da Brigada Militar no conflito. "O fato me causa estranheza, uma vez que a competência é da Polícia Federal por norma constitucional", comentou o procurador.

Della Beta também esteve envolvido em confrontos indígenas ocorridos na reserva de Guarita em 1983 quando ocorreram cinco mortes. Já Sebastião foi denunciado pela Polícia Federal em 1986 como responsável por um levante armado de índios na reserva de Chimbangue, em Santa Catarina. (*Jornal do Brasil*, 15/11/90)

### Sting cobra da Funai criação da nova área Kaiapó

A fundação Rainforest, criada pelo cantor inglês Sting, terá o seu nome na Inglaterra e nos Estados Unidos mudado para Mata Virgem, como já é chamada no Brasil.

A denominação está criando problemas nos Estados Unidos, onde uma fundação quase homônima (Rain Forest) foi denunciada por tentar vender lotes na Amazônia.

Sting esteve no dia 27 de novembro na sede da Fundação Nacional dos Índios (Funai), cobrando do presidente, Cantídio Guerreiro, uma definição sobre a reserva dos índios Kaiapó no sul do Pará.

O cantor tem evitado a imprensa, mas não esconde sua perplexidade com os entraves que a fundação está encontrando para ajudar os índios. Segundo ele a maior parte dos US\$ 1.350 milhão de dólares já arrecadados continuará retida na Inglaterra até que o governo brasileiro aprove a demarcação da Área Indígena Menkragnoti/Kubenkokre. (*Jornal da Tarde*, 28/11/90)

### Cimi leva proposta a Jarbas Passarinho

No dia 23 de novembro o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em reunião com o ministro da Justiça Jarbas Passarinho, entregou um documento "Uma nova Política Indigenista", elaborado pelo órgão da CNBB.

Durante o encontro, o Cimi manifestou sua preocupação com o documento elaborado pelo grupo de trabalho interministerial, especialmente quanto às propostas sobre demarcação de terra e tutela. O secretário do órgão, Antonio Brand, disse que a primeira favorece invasões e a segunda levaria à emancipação compulsória dos índios.

O Cimi tratou ainda, com o ministro do agravamento da situação de vários povos devido à paralisação de todas as ações do Governo junto aos índios. Essa indefinição, segundo Antonio Brand, tem causado, entre outras coisas, o aumento de doenças em comunidade indígenas e a paralisação de todos os processos administrativos de demarcação de terras. (*Correio Braziliense*, 24/11/90)

### Lutzenberger reage à política indigenista

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, proibiu seu representante — o índio Jorge Terena — no GTI, criado para traçar a nova política indigenista, de assinar o documento com as conclusões. Lutzenberger se irritou porque suas propostas não foram incluídas no relatório preparado pelo grupo, integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Infra-Estrutura, Educação e Ação Social e da Funai.

A nova política só agradou aos brancos: dez entidades indígenas a rejeitaram. Isso porque, pela lei, o índio é tutelado, cabendo à Funai intermediar qualquer ato entre ele e estranhos à comunidade. O grupo entende que o índio deve ser simplesmente emancipado. Os índios não aceitam, porque será o branco que fará a lei, decidindo quem é índio e quem não é, o que excluirá das comunidades indígenas diversos líderes que optaram por lutar pelos seus direitos na cidade.

Lutzenberger pôs suas propostas noutro documento para enviá-lo ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. (*O Globo*, 14/11/90)

## Acordo de Collor e empresários adia reunião do pacto

Empresários e governo conseguiram adiar a reunião do Pacto Social, marcada para o dia 28. As duas partes esperam agora ter tempo para formular uma proposta de política salarial que será levada à reunião prevista para o dia 5. O adiamento foi acertado entre o vice-presidente da Fiesp, Roberto Della Manna e o presidente Collor. "O presidente achou preferível mudar a data, já que há possibilidade de chegarmos com uma proposta de entendimento". O ministro do

Trabalho, Rogério Magri, deixou sorridente o Itamaraty ao lado de Collor. "Esperamos um entendimento entre capital e trabalho", afirmou.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, informou que o governo não levará à reunião nenhuma proposta formal de mudança na política salarial, mas estará aberto a qualquer sugestão de empregadores "que seja consistente com o programa econômico". (*O Estado de S. Paulo*, 27/11/90)

## Medeiros e CGT aderem a fórum

O fórum paralelo de empresários e sindicalistas para propor ajustes ao plano econômico do governo foi ampliado com a entrada em cena dos sindicalistas Luiz Antonio de Medeiros e de Francisco Canindé Pegado (da CGT), da Federação Nacional dos Bancos ao lado da Federação das Indústrias e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Apesar dos convites, a CUT, que há algumas semanas tomara a iniciativa dessas negociações com Fiesp e PNBE, não compareceu aos encontros. José Olívio Miranda, secretário de política sindical da CUT, explicou que a ausência da central na reunião era de que, por não ter comparecido no domingo 25, não ia querer pegar o trem andando.

Empresários e sindicalistas saíram da reunião na sede da Fenaban com o compromisso de não revelar detalhes sobre os temas discutidos, mas o presidente da CGT, Canindé Pegado, admitiu que entre as idéias colocadas, a prefixação geral de preços, salários, tarifas, impostos e aluguéis é a que flui melhor entre as duas bancadas.

O grande consenso, segundo Canindé Pegado, é a questão salarial como um problema mais urgente, além do assentamento das 15 mil famílias como vem reivindicando a CUT. A CGT de Pegado — a de Joazeiro também esteve presente — propõe reposição de 90% das perdas para iniciar a prefixação de salários. (*Diário do Grande ABC*, 27/11/90)

## CUT vai abandonar as negociações

Os dirigentes da CUT não gostaram do adiamento da reunião do Pacto, feito sem consulta prévia à entidade, exigem a presença do governo nas discussões e o atendimento às suas condições para continuar negociando. Como sabem que isso não será possível, deverão anunciar oficialmente a saída da entidade das discussões do entendimento nacional.

"O governo deve explicar melhor que entendimento é esse que não depende dele", afirmou Gilmar Carneiro, secretário-geral da central. Segundo ele, "o governo não resolve nada e espera apenas o aval da CUT". "Assim, estaremos fora do pacto", completou. Além das queixas contra a maneira de conduzir as negociações, Carneiro reclama a recontra-

ção dos eletricitários demitidos na última greve da categoria, o assentamento de famílias sem terra, pagamento das perdas salariais e estabelecimento das regras do entendimento, condições estabelecidas pela CUT e não atendidas.

José Olívio Miranda, secretário de política sindical da CUT, disse que a central não concorda "de jeito nenhum" com a falta de uma resposta oficial do governo às suas reivindicações. "De adiamento em adiamento, o afogado já morreu", disse. Para os dirigentes cutistas, os entendimentos entre trabalhadores e empresários, agora, visam a dar respaldo à reedição da medida provisória dos salários. (*O Estado de S. Paulo*, 27/11/90)

## CUT é tema de livro e debate

A Folha de S. Paulo promoveu no dia 22, com um debate, o lançamento do livro *CUT: os militantes e a ideologia*, do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Fizeram parte da mesa Clóvis Rossi, o mediador, a assessora de política sindical da CUT, Sílvia Portella, o secretário de Política Sindical da central, José Olívio, e o professor da Unicamp, Ricardo Antunes. Também participaram Walter Barelli, do Dieese, e José Pastore. (*Folha de S. Paulo*, 23/11/90)

## CUT critica pronunciamento do presidente Collor

A CUT fez duras críticas ao presidente Fernando Collor, acusando-o de protagonizar "uma cena delirante, desrespeitosa e irresponsável" no pronunciamento do dia 21.

A central divulgou nota afirmando que Collor citou "realizações inexistentes, auto-avaliou uma capacidade de governo inexistente e insistiu num diálogo, também inexistente, entre seu governo e a sociedade civil".

A nota da CUT relaciona cinco

pontos que, na avaliação de seus dirigentes, comprometem o governo Collor: arrocho salarial, inexistência de assentamentos e de crédito para a agricultura, veto ao projeto da Previdência e falta de explicação para denúncias sobre o caso Vasp-Petrobras. A central considerou ainda "hipocrisia e tutela autoritária" a proposta de entendimento que, a seu ver, "não traz a disposição de negociar com a sociedade". (*Folha de S. Paulo*, 23/11/90)

## TRT reindexa salários da construção civil

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais aprovou a reindexação dos salários dos trabalhadores da construção civil. O TRT propôs antecipação bimestral de 60% do IPC correspondente ao bimestre anterior, reposição de 219% sobre os salários de março e mais 4% de produtividade. A categoria reivindicava 234% de reposição salarial mais 35% de produtividade.

Após o pronunciamento do TRT, grevistas revoltados pelo não-julgamento dos dias parados entraram em choque com policiais militares o que resultou em treze feridos e quatro presos.

### Greve na Cosipa

Os 14 mil metalúrgicos da Cosipa iniciaram, dia 21, greve de ocupação da usina de Cubatão, reivindicando reposição de 108% e mais Cr\$ 20 mil fixos para todos, para recompor as perdas de maio a outubro. A empresa ofereceu abonos escalonados entre Cr\$ 3 mil e Cr\$ 10 mil, a serem pagos para 11.426 dos 14 mil empregados. (O Estado de S. Paulo, 22/11/90)

### Opção errada

Canindé Pegado, presidente da CGT, foi atormentado na reunião entre empresários e sindicalistas em São Paulo por ter apoiado o derrotado Maluf. (Folha de S. Paulo, 27/11/90)

### Outra festa

A equipe de Zélia festejou o adiamento da reunião do pacto social. "Quanto mais tempo demorar, mais a gente aperta o torniquete", confidenciou um assessor da ministra. (Folha de S. Paulo, 27/11/90)

### Desempregados

O diretor da Fiesp, Carlos E. U. Fagundes, prevê que pelo menos 170 mil trabalhadores da indústria paulista ficarão desempregados até março de 1991. 110,2 mil já foram demitidos devido à política de combate à inflação adotada pelo governo Collor. (O Estado de S. Paulo, 27/11/90)

## Medeiros é o mais afetado pela guinada do PCB

A decisão tomada pela ampla maioria dos 257 sindicalistas de 13 estados brasileiros reunidos no Encontro Nacional promovido pelo partido Comunista Brasileiro no último dia 20 de outubro pôs mais uma pedra no caminho dos sonhos de construção de uma nova central sindical acalentada por Luiz Antonio de Medeiros.

O presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo parece ter sentido o golpe. A influência do "partidão" vai além dos seus ativistas militantes e espalha-se justamente na área de sindicalistas independentes que constituem a base potencial da nova central imaginada por Medeiros. Um dos membros eleitos no Encontro Nacional do PCB para a

sua Coordenação Sindical Nacional, o médico carioca Heraldo Bulhões, ousa afirmar que a impossibilidade de atrair o PCB contribuiu para que Medeiros redimensionasse seu projeto, cujo nome cogitado inicialmente era "Central Democrática dos Trabalhadores" e que agora vem sendo chamada de Força ou Vanguarda Sindical, e pusesse os pés no chão, assumindo que talvez esteja constituindo apenas mais uma tendência sindical e não uma central propriamente dita. Irônico, Heraldo atreve-se a imaginar o dia em que a Força Sindical recém criada por Medeiros venha a deliberar ela também, sobre a sua adesão ou não à Central Única dos Trabalhadores. (Informe Sindical AJB, 12/11/90)

## TST faz proposta aos ferroviários da CBTU

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) ofereceu, aos ferroviários em greve da CBTU, um reajuste de 50,8%, dividido em duas parcelas, de 30% a partir de 1º de novembro e 16% em 1º de janeiro. A proposta foi apresentada na segunda reunião de conciliação entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias em São Paulo e a CBTU. As empresas oferecem também um valor maior para o vale-refeição mais um auxílio alimentação de Cr\$ 5 mil. O desconto dos dias parados seria de 50%, parcelado em três vezes, e as demissões seriam negociadas. A categoria, com mais de 7 mil trabalhadores em São Paulo, reivindica aumento de 266% e decidiu continuar em greve. (O Estado de S. Paulo, 27/11/90)

## Maquinistas da Fepasa entram em greve

Os maquinistas dos trens metropolitanos da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) entraram em greve à zero hora do dia 25, paralisando o transporte de 370 mil passageiros. Eles reivindicam a volta do recolhimento da mensalidade da Associação dos Profissionais da Categoria C, uma entidade de maquinistas, que parou de ser feito pela Fepasa em setembro de 1989. Essa paralisação não tem caráter de reivindicação salarial.

A linha Oeste (Itapevi-Luz) tem sido a mais prejudicada. Ela atende aproximadamente 320 mil pessoas por dia. Dos 120 maquinistas, 50 continuavam parados. A empresa resolveu demitir cinco funcionários. (Jornal da Tarde, 27/11/90)

## Com abono, greve acaba na Embraer

Após dois dias em greve, os 8.500 empregados da Embraer resolveram retornar ao trabalho no último dia 25, conforme decisão em assembléia. Foi aprovada a proposta da empresa de pagar, aos que ganham menos de 20 salários mínimos, um abono esca-

lonado que vai de um a quatro salários mínimos. As negociações vão prosseguir para a definição do abono a ser pago em dezembro e de uma forma de repor as perdas salariais deste ano a partir de janeiro. (O Globo, 25/11/90)

# 80% dos alunos abandonaram a escola em 1989



Segundo os pedagogos, a instrução mínima, sem permanência do aluno no sistema escolar, leva-o de volta ao analfabetismo. "Educação não se resume ao cidadão aprender a assinar o nome para votar", explica Marisa Elias da PUC-SP. Só este ano, 4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola, dos quais 2,5 milhões nunca a frequentaram e o restante já abandonou definitivamente os estudos. A taxa de evasão escolar no 1º grau chegou, em 1989, a 80% dos alunos matriculados,

segundo relatório do Banco Mundial. Crianças que, por problemas como pobreza, distância da escola ou necessidade de trabalhar, abandonam a escola nas primeiras séries.

O índice de evasão é tão grave quanto o índice de repetência. Uma amostragem da Unicef constata que a repetência no 1º grau cresceu 14% no período de 1979-87. Uma tendência que está sendo mantida até hoje e alarma os educadores de todo o país. O passo fundamental para segurar um aluno na escola e mantê-lo interessado junto ao ensino das primeiras séries, segundo Elba Barreto, da Fundação Carlos Chagas, é a reforma curricular. "A escola brasileira tem um currículo muito exigente", expli-

ca. "Nos Estados Unidos a criança tem um prazo de três anos para se alfabetizar. Aqui o sistema público exige um ano." Mais absurdo, na opinião da pesquisadora, só mesmo o número de disciplinas ministrado no ensino básico. "Onze matérias na 5ª série é uma excrescência. A quantidade de matérias não indica um bom ensino, às vezes pelo contrário."

Uma ou duas repetências nas primeiras séries é fator decisivo. Por desestímulo próprio, da família e dos professores, a criança acaba abandonando a escola. O resultado é assustador: de cada 100 alunos matriculados na 1ª série, 50 passam para a 2ª (*Jornal da Tarde/São Paulo, SP, 19/11/90*)

## Chiarelli vai acabar com Projeto Minerva

O Projeto Minerva, de incentivo ao ensino básico através das emissoras de rádio em ondas médias, vai acabar. O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, disse no dia 20 que a partir de janeiro do ano que vem, no lugar desse projeto, espera ter um sistema reunindo, além das 1.600 rádios que transmitem o Minerva, 210 emissoras de televisão, mais 500 rádios em FM, assim como as emissoras que operam em frequência tropical e ondas curtas.

"O Projeto Minerva desaparece porque foi flagrantemente inadequado. Não conseguiu atrair audiência, nem levar informação e educação à população. Por isso, será substituído por uma tecnologia nova", afirmou o ministro.

As emissoras de televisão, segundo o ministro, vão divulgar dez mensagens diárias. Chiarelli afirmou que nos sábados e domingos serão transmitidos programas de 20 minutos cada, para passar informação, treinar professores e orientar na alfabetização, o que não fora feito no Projeto Minerva. Para chegar a isso, disse que foi feito um acordo bem sucedido entre as empresas privadas e o governo. (*O Globo, 21/11/90*)

## 22% dos professores não têm diploma

Para dar aulas de 1ª à 4ª série do 1º grau é necessário ter o curso de 2º grau completo com formação para magistério. Da 5ª à 6ª, o quarto ano especial de magistério é obrigatório e da 7ª à 8ª, o professor precisa ter formação universitária. Caso contrário, serão considerados leigos.

Existe no Brasil um contingente de 242.756 professores — cerca de 22% do total de profissionais do país — lecionando no 1º grau, sem a habilitação exigida por lei, sendo que 53% deles nas zonas rurais. O próprio Ministério da Educação calcula

que, considerada uma média de 30 alunos por professor, mais de 7 milhões de crianças estão sendo educados por professores leigos.

Um profissional com nível universitário recebe hoje entre 2,5 e 9,5 salários mínimos para lecionar nas escolas da rede estadual de São Paulo. Nas escolas municipais, somente 30% dos professores com essa formação recebem salários superiores a 2 mínimos. Segundo o MEC, em certas regiões da zona rural, a remuneração não chega a 1/8 do mínimo, algo em torno de Cr\$ 1.041,00. (*Jornal da Tarde/São Paulo, SP, 22/11/90*)

## MEC dá verba na véspera da eleição

Na véspera da eleição para governador, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, assinou convênios que garantem repasse de Cr\$ 1,4 bilhão a prefeituras e universidades gaúchas. Engajado na campanha de Nelson Marchezan, do PDS, o ministro defendeu a tese de que fazer oposição ao governo federal, como quer Alceu Collares, o candidato eleito do PDT, é uma tática equivocada. "Basta da idéia de que o nosso estado tem de ficar de costas para o Brasil", declara.

Chiarelli argumentou no programa eleitoral gratuito da TV que Marchezan tem acesso a todos os gabinetes em Brasília. E se defende: "A verba distribuída às prefeituras e universidades é pública, a favor da educação, não de um partido".

Nos últimos cinco meses, Chiarelli liberou Cr\$ 1,7 bilhão para 234 dos 333 municípios do estado e garantiu reforço de orçamento de Cr\$ 3,2 bilhões para as universidades federais do Rio Grande do Sul. (*O Estado de S. Paulo, 25/11/90*)

## Scalco diz que Constituição não foi respeitada

O líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco, criticou no dia 20, na tribuna da Casa, o tratamento que o executivo deu ao ensino fundamental no projeto de lei orçamentária para 1991. Scalco acusou o governo de fazer "discurso de efeito publicitário, sem intenção efetiva de erradicar o analfabetismo", por não ter o executivo alocado, no pro-

jecto de orçamento, metade dos 18% da receita resultante dos impostos na destinação de verbas para o ensino fundamental, conforme determina o artigo 212 da Constituição.

Scalco apelou ao senador João Calmon (PMDB-ES), autor da emenda que resultou naquele artigo da Constituição, que agora também apresenta emenda corrigindo essa discri-

minação do ensino fundamental no orçamento da União para 1991, para que o Congresso cumpra a Constituição. O projeto destina Cr\$ 230 bilhões para a educação, cumprindo os 18% da receita de impostos exigidos pela Constituição. Deste total, apenas Cr\$ 17 bilhões irão para o ensino fundamental. (*O Globo*, 21/11/90)

## Ministério acentua desigualdades entre as regiões

Um aluno de 1º grau no Nordeste custa por ano o equivalente a um livro de História lido por um aluno no Sudeste — Cr\$ 2.800,00. Não vale, por mês, o preço de um caderno de 200 folhas — Cr\$ 400,00. No Rio, segundo a Coordenação de Planejamento Setorial do MEC, o mesmo aluno custa à prefeitura Cr\$ 42 mil por ano. Ainda que isso signifique quase 15 vezes mais, não deixa de ser muito pouco. Os países desenvolvidos investem nunca menos que mil dólares em cada uma de suas crianças, durante o ensino básico.

O serviço público também gasta mal. As 60 escolas técnicas federais

consomem 20% dos gastos públicos com educação e atendem apenas 3% dos estudantes. Para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que fica com 2% dos recursos, vão apenas 0,004% das matrículas.

O MEC administra anualmente 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), dos quais, segundo o Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), 70% são gastos com ensino superior da rede federal, cerca de 16% com o ensino de 1º grau — através da transferência de recursos para os municípios — 2% com o ensino médio e 2% com o funcionamento da própria máquina.

Segundo estatística levantada pelo ministério o ensino básico custará aos governos estaduais e municipais, em 1991, cerca de US\$ 2.200 milhões — para matricular aproximadamente 16,3 milhões de crianças entre 7 e 14 anos.

Se o objetivo das autoridades, no entanto, fosse equiparar o gasto de todas as regiões com o do Sudeste, as despesas seriam de US\$ 4.052 milhões. "Ainda não chegaríamos ao ideal", explica Antonio Xavier, do MEC, "mas estaríamos dentro do melhor que se pode fazer hoje no país". (*Jornal da Tarde/São Paulo*, SP, 23/11/90)

## Ubes acusa secretarias de Educação do NE

O vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), Edmir Costa, disse em Maceió que a situação dos estudantes de 1º e 2º graus das escolas públicas é a pior dos últimos anos. O líder estudantil, em visita às escolas de Alagoas, a convite da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Umes), responsabilizou as secretarias de Educação de Alagoas e do Nordeste como um todo pela situação atual. "É impossível formar jovens capazes com escolas desaparelhadas, professores mal preparados e mal remunerados". Ele defendeu uma completa revisão nos métodos e práticas de ensino, pois, sem isso, considera impossível o Nordeste deixar de liderar as estatísticas mais trágicas do país. (*Gazeta de Alagoas/Maceió*, AL, 18/11/90)

## Universidades recebem verbas para programas de alfabetização

O presidente Collor acompanhou, no dia 20, na sede do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a assinatura dos primeiros convênios do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que pretende eliminar o analfabetismo no país até 1998. Os acordos assinados prevêm

a distribuição de Cr\$ 858,4 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para que as universidades possam formar agentes alfabetizadores e desenvolver programas de reciclagem de professores e pesquisas sobre novas metodologias de ensino. (*Jornal do Brasil*, 21/11/90)

## Nordeste tem 39% de analfabetos

A região Nordeste tem 13,5 milhões de analfabetos com mais de 7 anos de idade. Isso representa 39% de sua população e mais da metade dos 24 milhões de analfabetos de todo o Brasil. Entre os analfabetos do Nordeste, 35,9% têm mais de 10 anos de idade. A média nacional é

de 18,2%. Na área rural nordestina, a proporção atinge 56% da população. Esses dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-89), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (*Folha de São Paulo*, 22/11/90)

## Thatcher renuncia após 11 anos no poder

Numa decisão surpreendente, Margaret Thatcher anunciou no dia 22 que renunciaria ao cargo de primeira-ministra da Grã-Bretanha assim que fosse eleito um novo líder para o Partido Conservador. Essa decisão marca o fim de uma era que ela iniciou quando chegou ao poder, em 1979, que ficaria conhecida como "thatcherismo", caracterizada por uma política de privatizações de empresas públicas e pelo enfraquecimento do "Welfare State" (Estado de bem-estar social). Os principais aspectos do "thatcherismo" foram incorporados pela maioria dos governos ocidentais.

Posteriormente, ela divulgou uma nota oficial: "Tendo consultado amplamente meus colegas, cheguei à conclusão de que a unidade do partido e as perspectivas de vitória numa eleição serão melhor atendidas com

### John Major é o novo premiê

O sucessor de Margaret Thatcher é o ministro das Finanças, John Major, que obteve 185 votos dos deputados conservadores na eleição para a liderança do Partido Conservador, dois votos a menos do que a maioria absoluta. Pelo regulamento, um terceiro turno seria necessário, mas seus rivais,

Michael Heseltine e Douglas Hurd, reconheceram a derrota. Major tinha o apoio de Margaret Thatcher. Hurd e Heseltine disseram que, pela união do partido, votariam em Major no terceiro turno. Os coordenadores da eleição decidiram então cancelar o terceiro turno. (Folha de S. Paulo, 28/11/90)

a minha renúncia para permitir que colegas de gabinete entrem na votação para a liderança".

Thatcher começou a cair no primeiro turno da eleição no partido. Ela precisava ter 214 votos, de um total de 372, para não ter que ir ao

segundo turno. Recebeu 204 votos; seu principal desafiante, Michael Heseltine, teve 152. O líder do partido majoritário no Parlamento (no caso, o Partido Conservador) é automaticamente o chefe do governo britânico. (Folha de S. Paulo, 23/11/90)

## Direita na Nicarágua se opõe a pacto social

Num pacto histórico com a oposição sandinista, depois de seis meses de disputas, o novo governo da Nicarágua obteve apoio para sua política econômica de livre mercado, em troca do arquivamento de um plano antiinflacionário drástico que incluiria a demissão de pelo menos 10 mil funcionários públicos. O acordo compromete todos os signatários — 35 grupos políticos e sindicais — a consultas permanentes para evitar turbulências econômicas.

Mas enquanto dá passos concretos para apaziguar os trabalhadores

sandinistas, majoritariamente urbanos, o governo de Violeta Chamorro enfrenta um crescente desafio da direita no campo. Centenas de ex-contras, que se desarmaram depois que ela foi eleita, estão bloqueando metade da principal rodovia leste-oeste do país para exigir as terras que lhes foram prometidas e não entregues.

Os ex-contras também tomaram fazendas das cooperativas sandinistas, obtendo o apoio de lideranças da Igreja Católica, de prefeitos das pequenas cidades e do Conselho Superior

da Iniciativa Privada, principal organismo empresarial. O conselho se recusou a assinar o Consenso Econômico e Social porque o acordo permitiu que algumas propriedades confiscadas pelo antigo governo ficassem nas mãos dos sandinistas.

"Começamos uma grande revolução pela não violência. Este é um novo estilo de governar a Nicarágua", disse Violeta Chamorro, afirmando que o acordo acaba "com greves ilegais e invasões de terras e fábricas". (Jornal do Brasil, 15/11/90)

## Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL